



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA - Sistema SIMP**  
**Impressão de Registro de Movimentos**

**Protocolo:** 000234-011/2022

**Data/Hora do Movimento:** 22/06/2022 11:25:45

**Origem:**

\* 1ª Prom. de Just. Cível - Alta Floresta (Maisa Palma da Silva )

**Destino:**

\* (Não informado)

**Movimento ID:** 59555978

**Movimento:** ATOS FINALÍSTICOS -> Arquivamento -> Sem remessa ao Conselho Superior/Câmara -> Integral

**Descrição do Movimento:**

(anexo)



Assinado eletronicamente por: FERNANDA ALBERTON em: 04/07/2022 17:39:37

---

Maisa Palma da Silva  
1ª Prom. de Just. Cível - Alta Floresta

**NOTÍCIA DE FATO**  
**SIMP 000234-011/2022**

**DESPACHO DE ARQUIVAMENTO FUNDAMENTADO**

Trata-se de notícia de fato instaurada ante o teor dos documentos encaminhados via e-mail pelo PROCON, noticiando que no ano de 2021 foram registradas diversas reclamações de servidores públicos municipais de Alta Floresta, referente a “empréstimo sob consignação” contra o Banco Daycoval S/A.

Segundo consta, os servidores contrataram o que acreditavam ser um empréstimo consignado, no ano de 2015. Os valores variam de R\$ 2.000,00 a R\$5.000,00, em 60 parcelas, porém, não receberam via do contrato assinado.

Após 5 (cinco) anos da contratação, visando a quitação do empréstimo contratado, os servidores receberam a informação de que não se tratava de empréstimo consignado com quantidade fixa de parcelas, mas a contratação de um cartão de crédito consignado, sendo que estavam pagando mensalmente apenas o mínimo da fatura do referido cartão.

Por fim, frisa que os servidores não tinham conhecimento de que este era o produto contratado e a maioria sequer desbloqueou e utilizou o cartão de crédito.

O banco requerido rebateu as alegações dos contratantes, alegando que no contrato indica expressamente que se trata de contratação de cartão de crédito consignado, sendo que foram apresentados os contratos assinados pelos contratantes.

Diante deste impasse, os interessados optaram por tentar solucionar o litígio em audiências de conciliação, que em sua maioria restaram inexitosas.

Assim, esclarece o PROCON que o cerne da irresignação está consubstanciado no fato de que a contratação se tratava de empréstimo consignado e não aquisição de cartão de crédito.

Deste modo, realizou-se reunião com o PROCON, bem como, expediu-se ofícios ao Município de Alta Floresta/MT, solicitando que informasse se possui contrato firmado com Banco Daycoval S/A e ao Banco Daycoval, solicitando que esclarecesse se existe representante no Município de Alta Floresta e, também, como funcionam os contratos firmados nos casos de empréstimo consignado ou cartão de crédito.

O Município de Alta Floresta encaminhou o ofício 0117/2022/GE, informando

que realizou consulta e não encontrou nenhum resultado de contrato ou atas que o Banco Daycoval tenha firmado com o ente público (ID 58346526).

Já o Bando Daycoval apresentou resposta no ID 58508690, prestando todos os esclarecimentos necessários solicitados por este Órgão Ministerial.

### **Eis o breve relato.**

Em detida análise dos autos, verifica-se que é imperioso o arquivamento, conforme será exposto a seguir.

### **1 – Da devida informação ao consumidor**

Conforme documentação juntada aos autos, as próprias reclamações realizadas por consumidores no PROCON comprovam que foi ofertado, pelo banco, um cartão de crédito consignado, o que comprova que a Instituição Financeira cumpriu o dever de informação.

Não bastasse isso, foi possível verificar pelos contratos firmados que havia informação clara de que se tratava de cartão de crédito consignado, bem como, como acerca do desconto do valor mínimo do cartão em folha de pagamento, cabendo ao consumidor o pagamento do saldo remanescente.

Quanto a isso, o Banco Daycoval juntou cópia de uma fatura, comprovando que vem especificado o valor do pagamento mínimo e o remanescente, caso o consumidor queira quitar a dívida em menor prazo.

Deve-se frisar, ainda, que vários consumidores que fizeram reclamação no PROCON já haviam ajuizado ação contra o banco, as quais foram julgadas improcedentes, tornando-se coisa julgada. Nas referidas ações, restou comprovado que não houve cobrança indevida e/ou vício de consentimento.

Por toda a documentação juntada aos autos, é possível verificar que os Termos de Adesão são claros e precisos quanto ao serviço ofertado, constando expressamente que se trata de cartão de crédito consignado. Além disso, os contratos foram devidamente assinados, tornando incontestável que todos os consumidores tomaram ciência dos termos contratados.

### **2 – Da legalidade da modalidade “Cartão de Crédito Consignado”**

A Lei nº 10.820/2003 “dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento e dá outras providências”, possibilitando a

ID: 59555978/3

concessão de crédito e condicionando o pagamento ao desconto em folha.

Na referida Lei, consta a margem consignável reservada para cartão de crédito consignado, que inclusive possui limite diferente de margem, mas permite a adesão a esta modalidade de crédito para desconto de prestações em folha de pagamento.

No Estado de Mato Grosso, ainda, o tema é regulamentado no Decreto nº 691/2016.

Importante esclarecer que não é necessário que ocorra o desbloqueio e utilização do cartão para validade do empréstimo aderido, sendo que a utilização do cartão de crédito fica a critério do consumidor.

Desta forma, verifica-se que o cartão de crédito consignado é um meio legal de obtenção de crédito, devendo o consumidor expressamente aderir ao produto por meio de termo de adesão para formalizar a contratação.

### **3 – Do cartão de crédito consignado com parcelas por “tempo indeterminado”**

Ao aderir ao empréstimo consignado, a concessão de crédito é automática à contratação. Já no caso do cartão de crédito consignado, esta é uma opção do consumidor, ou seja, a adesão ao crédito poderá ser feita a qualquer tempo, desde que solicitado, não obrigatoriamente no momento da adesão.

Desta forma, no momento da adesão ao cartão de crédito consignado, não é possível estabelecer um tempo determinado de parcelas, pois dependerá da utilização do limite de crédito por parte do consumidor.

Assim, não fica a critério do credor a forma de utilização do crédito ou quando isso ocorrerá, bem como, de que forma será pago o saldo devedor, dependendo da utilização dos valores concedidos, do momento da utilização e quanto o devedor optará pagar (salvo o pagamento mínimo que já é descontado em folha de pagamento).

Evidentemente, também deve-se considerar que pode haver a utilização do cartão de crédito após o saque, o que certamente acarretará uma dívida maior e influenciará no cálculo do saldo devedor. Assim, deve ser considerado que o consumidor tem a opção de realizar compras com crédito e até mesmo realizar saques complementares, além do valor de crédito liberado para o saque inicial. Todos esses valores devem ser liquidados via fatura ou desconto em folha.

Vale destacar que o desbloqueio do cartão não é pré-requisito para a concessão de valores em conta por meio de cartão de crédito consignado.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao analisar todo o procedimento, foi possível verificar que as reclamações protocoladas pelo PROCON se tratam de casos que já foram judicialmente julgados, sendo que a ocorrência de eventual acordo com o banco deve se dar de forma extrajudicial pelo próprio PROCON.

Além disso, restou demonstrado que nos termos de adesão constavam clara e expressamente o produto aderido “cartão de crédito consignado”, bem como, as faturas constam detalhadamente as informações necessárias ao devedor, tendo a Instituição Financeira cumprido com o dever de informação. O consumidor não pode, portanto, alegar desconhecimento ou vício de consentimento, pois todas as condições contratuais foram preenchidas.

Considerando que a concessão de crédito, por meio de cartão de crédito consignado, é expressamente permitida por lei, e que não existem indícios razoáveis de irregularidades na contratação, PROMOVO O ARQUIVAMENTO dos autos, com fulcro no art. 5º, inciso I, da Resolução nº 052/2018 – CSMP, sem prejuízo de nova instauração, caso necessário.

Comunique-se o PROCON e o Banco Daycoval.

Após, remetam-se os autos ao arquivo.

Observe-se, em tudo que couber, a Resolução nº 052/2018 – CSMP.

Cumpra-se, expedindo o necessário.

*Alta Floresta/MT, data da assinatura digital.*

**FERNANDA ALBERTON**  
**Promotora de Justiça**  
*Documento assinado digitalmente*

ID: 59555978/5



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA - Sistema SIMP**  
**Impressão de Registro de Movimentos**

**Protocolo:** 000234-011/2022

**Data/Hora do Movimento:** 04/07/2022 17:39:50

**Origem:**

\* 1ª Prom. de Just. Cível - Alta Floresta (Maisa Palma da Silva )

**Destino:**

\* 1ª Prom. de Just. Cível - Alta Floresta (Fernanda Alberton)

**Movimento ID:** 59703982

**Movimento:** MOVIMENTOS INTERNOS -> Repassado ao Coordenador

**Descrição do Movimento:**

Não informada

---

Fernanda Alberton

1ª Prom. de Just. Cível - Alta Floresta



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA - Sistema SIMP**  
**Impressão de Registro de Movimentos**

**Protocolo:** 000234-011/2022

**Data/Hora do Movimento:** 04/07/2022 17:40:10

**Origem:**

\* 1ª Prom. de Just. Cível - Alta Floresta (Fernanda Alberton)

**Destino:**

\* 1ª Prom. de Just. Cível - Alta Floresta (Lavinia Oliveira Almeida)

**Movimento ID:** 59703992

**Movimento:** ATOS COMUNS -> Encaminhamento a Órgão Interno

**Descrição do Movimento:**

Cumprir.

---

Fernanda Alberton  
1ª Prom. de Just. Cível - Alta Floresta